

Ministério da Fazenda deseja acordo definitivo para juros de 87 e 88

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Ministério da Fazenda deseja fazer um acordo definitivo que envolva os juros e as amortizações da dívida externa de 1987, 1988 e, se os bancos credores aceitarem, 1989, ou, se possível, pelo menos a metade de 1989.

Por essa razão, o Brasil fez ontem, voluntariamente e sem nenhum tipo de compromisso dos credores como contrapartida, um depósito de US\$ 350 milhões no Citibank de Nova York, que será rateado entre os bancos credores privados internacionais.

Com esse pagamento, o quarto desde a moratória de 28 de fevereiro passado, o governo saldou 37%, aproximadamente, dos juros vencidos em janeiro. Em dezembro fez o desembolso de US\$ 1,1 bilhão (com dois terços de recursos dos credores) como primeira parcela de um acordo provisório de US\$ 1,5 bilhão para saldar os juros de outubro a dezembro do ano passado; no começo de janeiro fez o depósito da segunda parcela, de US\$ 360 milhões; e, em meados de janeiro, liberou um resíduo de US\$ 85 milhões, que representou acerto final da dívida de juros entre 1º de outubro a 31 de dezembro do ano passado, que eram, na realidade, US\$ 1,545 bilhão.

Segundo uma fonte qualificada do Ministério da Fazenda, o governo deverá continuar fazendo pagamentos de juros se as negociações tiverem um impulso na direção do acordo de médio prazo. O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, acredita que o cheque depositado ontem sensibilizará os banqueiros para um acordo definitivo o mais rápido possível.

Isso não elimina, porém, um outro problema: como saldar os juros da dívida externa no período de dois, três ou mais meses que se seguem entre a assinatura do protocolo e o desembolso dos recursos dos bancos. A essa indagação, uma qualificada fonte oficial respondeu: ou se faz um empréstimo-ponte ou os bancos antecipam, de algum modo, os dólares do acordo definitivo para quitar a parcela de juros desse período.

O Brasil entrará com a quantia que as combalidas reservas cambiais permitirem. Se as reservas permitirem que o País pague o equivalente a mais de 40% dos juros, percentual que era imaginado na proposta do ex-ministro Bresser Pereira, o governo pagará. Não há questão fechada na negociação de agora.

Depois de um ano de moratória, o Ministério da Fazenda concluiu que esse gesto, também unilateral

do governo brasileiro, teve um custo financeiro na casa de US\$ 1 bilhão. Isso porque o Brasil não se beneficiou da redução de "spreads" que poderia ter obtido numa negociação, e continuou arcando com um dos "spreads" mais altos do mundo, na média, superior a 2%. Além desse, houve outros custos decorrentes da moratória que os assessores de Ferreira da Nóbrega contabilizam: só o Banco Mundial recebeu em juros e principal no ano passado, cerca de US\$ 650 milhões a mais do que liberou em financiamentos ao Brasil; e as agências oficiais de crédito à exportação (exibanks) continuaram fechadas ao País por ausência de acordo com o Clube de Paris. Por esses motivos, concluiu-se no governo que a moratória não levou o Brasil à lugar algum e a única atitude sábia que cabe ao governo brasileiro, agora, é buscar a volta à normalidade mediante um acordo definitivo, deixando para trás fórmulas provisórias ou inovadoras que levam tempo e desgastam os negociadores, como creem os assessores do ministro da Fazenda.

A alternativa de explorar a idéia do empréstimo-ponte para viabilizar um acordo provisório até que os termos da negociação de 1987-88 se realizem concretamente foi abandonada ainda em meados de janeiro. Aliás, como explicou a fonte oficial, essa hipótese nem chegou a ser colocada na mesa de negociação pelo governo brasileiro, primeiro porque os credores não queriam participar e, também, porque a discussão de um empréstimo-ponte consumiria, no mínimo, dois meses.

"O que queremos, agora, é entrar direto na discussão do acordo de médio prazo. Já estamos discutindo esse acerto há alguns dias e posso dizer que existe um clima positivo e um empenho comum", disse a fonte, acrescentando que o País não fechará "nenhum acordo", mas sim "um acordo que nos dê previsibilidade e os recursos necessários", além de rolar o principal por um período além de 1989 e que traga alguns "ingredientes novos" e condições melhores do que as em vigor em 1985, quando o então presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, tentou uma negociação multianual. "Há uma clara determinação do governo brasileiro de manter um clima construtivo", salientou o assessor do Ministério da Fazenda, que disse ter detectado, ontem, uma repercussão "muito positiva" em decorrência da decisão de se fazer o depósito de US\$ 350 milhões para os bancos credores.